



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DO TESOURO

GOVERNO DE
BRASÍLIA

RELATÓRIO
DE EXECUÇÃO
DO PROGRAMA
DE REESTRUTURAÇÃO E DE
AJUSTE FISCAL
DO DISTRITO FEDERAL

DÉCIMA SEGUNDA REVISÃO
ANO 2015

Brasília, maio de 2016.

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E DE
AJUSTE FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DÉCIMA SEGUNDA REVISÃO-ANO 2015**

RODRIGO ROLLEMBERG

Governador do Distrito Federal

JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA

Secretário de Estado de Fazenda

FABRÍCIO DE OLIVEIRA BARROS

Subsecretário do Tesouro

GOVERNO DE
BRASÍLIA

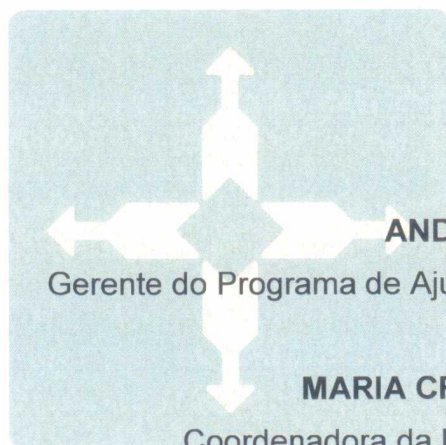
Elaboração

ANDERSON MENDES BORGES

Gerente do Programa de Ajuste Fiscal do Distrito Federal

MARIA CRISTINA GONÇALVES REIS

Coordenadora da Dívida Pública e Ajuste Fiscal



Colaboração Técnica:

Subsecretaria da Receita/SEF

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/SEF

A handwritten signature in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is stylized and appears to be a cursive representation of a name.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
1 – SITUAÇÃO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL EM 2015	4
2 – EXECUÇÃO DAS METAS E COMPROMISSOS DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL EM 2015	7
2.1- Meta nº 1 - Relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real	7
2.2 - Meta nº 2 - Resultado Primário	9
2.3 - Meta nº 3 - Despesa de Pessoal	12
2.4 - Meta nº 4 - Receitas Próprias	13
2.4.1 - Receitas de Origem Tributária	14
2.4.2 – Detalhamento das ações	16
2.4.3 - Receitas de Origem Não Tributária	17
2.5 - Meta nº5 - Reforma do DF, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos	18
2.6 - Meta Nº 6 - Relação Investimento / Receita Líquida Real	19
3 – MANIFESTAÇÃO SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE SE PROCEDER À REVISÃO DO PROGRAMA	20
4- PERSPECTIVAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2016 A 2018	21
CONCLUSÃO	26
IDENTIFICAÇÃO DOS GESTORES	27



INTRODUÇÃO

O presente relatório de execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal visa cumprir um dos compromissos firmados na Meta 5 do Programa firmado entre a União e o Governo do Distrito Federal, de acordo com a Lei nº 9.496/97 e Resolução do Senado Federal nº 68/99.

Nesse sentido, destaca os resultados nos termos propostos pela décima segunda revisão do Programa e evidencia as ações implementadas para alcançar as metas e compromissos assumidos pelo Governo do Distrito Federal - GDF no exercício de 2015.

Para isso, analisa a execução orçamentária e financeira do GDF, considerando-se todas as fontes de recursos orçamentárias, com base nos demonstrativos contábeis e financeiros consolidados que compõem o Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO e traz uma síntese geral do desempenho fiscal do DF em relação às metas que foram estabelecidas no Programa para o ano de 2015, bem como uma comparação com exercícios anteriores e apresenta as perspectivas fiscais para o período 2016-2018.

Ressalte-se que, conforme definição do Termo de Entendimento Técnico, foram considerados neste relatório os cancelamentos de restos a pagar (processados e não- processados) inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, compatíveis com aqueles publicados no 2º Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO – 2º Bimestre de 2016).

1 - SITUAÇÃO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL EM 2015

Em 2015, o resultado primário do Distrito Federal apresentou-se deficitário em R\$ 271 milhões, contudo dentro da meta estabelecida (R\$ - 1.173 milhões), prevista no Programa.

A tabela 1 abaixo demonstra a evolução do resultado primário no último triênio:

TABELA 1 - EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015
I - Receita Bruta	14.933	16.223	16.879
Receitas de Transferências	4.115	4.758	4.712
FPE	460	501	527
Outras	3.655	4.257	4.185
Receitas de Arrecadação Própria	10.818	11.465	12.167
ICMS	6.263	6.853	6.821
Outras	4.554	4.611	5.346
II - Despesa com Transf. a Municípios	-	-	-
III - Receita Líquida (I - II)	14.933	16.223	16.879
IV - Despesa não Financeira	15.879	18.499	17.150
Pessoal	7.554	9.101	9.640
OCC	8.325	9.399	7.511
Investimentos	1.763	1.795	539
Inversões	276	280	81
Outras Despesas Correntes	6.046	6.981	6.532
Sentenças Judiciais	240	343	358
V - Resultado Primário (III - IV)	(946)	(2.277)	(271)

* Os valores já consideram o valor de restos a pagar cancelados.

FONTE: SIGGO

A receita bruta (R\$ 16.879 milhões) apresentou um acréscimo de R\$ 656 milhões, quando comparada a 2014 (R\$ 16.223 milhões), um crescimento nominal de 4,0%.

A receita de origem tributária do Distrito Federal atingiu o montante de R\$ 10.293 milhões, um crescimento nominal de 2,3%, quando comparado a 2014 (R\$ 10.054 milhões). Apesar disso, inferior em R\$ 1.268 milhões à meta prevista (R\$ 11.560 milhões), representando um desvio de 11,0%.

Com relação ao desempenho da arrecadação no acumulado do período de janeiro a dezembro de 2015, na comparação com o mesmo período de 2014, foram obtidos acréscimos significativos na Dívida Ativa fruto do programa de recuperação de créditos – REFIS; no ITCD, decorrente do acréscimo da cobrança sobre doações aliada ao REFIS; e no IPVA, devido ao acréscimo da frota de veículos tributáveis. Por outro lado,

houve queda expressiva na arrecadação no ISS e no ITBI, dentre outras razões, pela deterioração do cenário econômico e do mercado imobiliário.

A receita proveniente do ICMS alcançou R\$ 6.482 milhões, inferior em 834 milhões à meta prevista para 2015. Já o ISS arrecadou R\$ 1.460 milhões, abaixo do valor previsto (R\$ 1.792 milhões), ou seja, uma diferença negativa de R\$ 292 milhões. A receita realizada pelo Simples foi de R\$ 340 milhões, inferior à meta em R\$ 48 milhões.

O IPVA (R\$ 782 milhões) apresentou-se superior em R\$ 2 milhões em relação à meta projetada no Programa (R\$ 780 milhões). Quanto à arrecadação do IPTU, em 2015, foi inferior à previsão em R\$ 52 milhões.

Para as receitas de transferências correntes, com relação ao mesmo período de 2014, verificou-se um aumento significativo em função dos ingressos dos recursos para as áreas de saúde e educação, advindos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que em 2015 passaram a compor o orçamento do Distrito Federal, com o valor de R\$ 6.103 milhões. Contudo, ressalte-se que esses recursos, bem como suas respectivas despesas, são excluídos do câmputo do Programa.

Quanto às receitas de capital (R\$ 744 milhões), em relação ao exercício anterior (R\$ 977 milhões), houve uma redução de 23,8%. Quando comparadas ao definido na meta do programa (R\$ 2.266 milhões), um desvio de 67,1%. Entre outros fatores, para esse baixo desempenho, está a superestimativa das receitas de operações de crédito (R\$ 1.445 milhões), com uma arrecadação total de R\$ 581 milhões em 2015, isto é, uma negativa diferença negativa de R\$ 864 milhões, com desvio 60,0%. Contudo, superior em R\$ 93 milhões (R\$ 488 milhões) em relação a 2014.

As despesas não financeiras (R\$ 17.150 milhões), em 2015, foram inferiores em R\$ 1.349 milhões, quando comparadas ao ano anterior (2014), uma redução nominal 7,3%.

Em vista disso, outras despesas correntes (R\$ 6.532 milhões) reduziram-se na ordem de R\$ 449 milhões em relação ao exercício anterior. Tais despesas referem-se a gastos com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa não financeira (pessoal e sentenças judiciais).

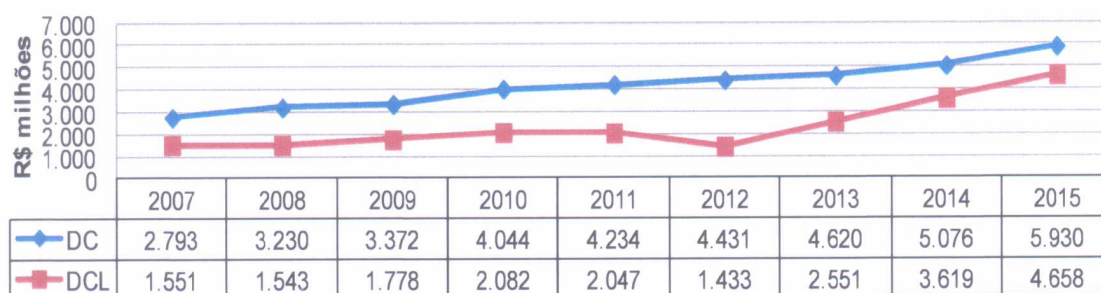
Além disso, uma forte redução nos gastos de investimentos (R\$ 539 milhões) e inversões financeiras (R\$ 81 milhões), conforme tabela 1. Entre outros motivos, esse

desempenho pode ser atribuído às frustrações de receitas, principalmente operações de crédito e Transferências de Capital, bem com o atual cenário econômico do país.

Mesmo com um aumento em relação ao exercício anterior, as despesas de pessoal (R\$ 9.643 milhões) se mantiveram inferiores ao limite previsto no programa de 60% da Receita Corrente Líquida, tendo atingido 57,1% desta última, excluídas as despesas com inativos e pensionistas.

Ao final de 2015, o estoque da Dívida Consolidada do Distrito Federal atingiu o montante de R\$ 5.930 milhões, sendo R\$ 3.205 milhões (54,0%) de contratos internos e R\$ 1.026 milhões (17,3%) de recursos externos e o restante de precatórios R\$ 1.699 milhões. Do montante da Dívida Interna, R\$ 1.280 milhões refere-se à dívida renegociada com o Governo Federal no âmbito da Lei 9.496/97.

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA BRUTA E LÍQUIDA DO DISTRITO FEDERAL



A relação anual Dívida/Receita Líquida Real - RLR apresentou-se em 0,27, demonstrando que o GDF vem mantendo o equilíbrio de seu endividamento, desde o refinanciamento de sua dívida com a União em 1999.

Quanto às despesas previdenciárias, desde o exercício de 2009 o Distrito Federal passou a figurar no ranking dos Entes que estão capitalizando recursos para promover as futuras aposentadorias e pensões a partir da segregação da massa de servidores, de forma que os benefícios daqueles admitidos a partir de 01/01/07 não mais dependam dos recursos do Tesouro, haja vista a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal-RPPS/DF.

Desta forma, em 2015, pelo sétimo ano consecutivo, a unidade orçamentária do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal-IPREV/DF integrou a Lei Orçamentária Anual/DF como gestor único do RPPS/DF, tendo suas despesas excluídas do somatório dos gastos com pessoal e encargos.



Dessa maneira, a combinação dos desempenhos das receitas e despesas não financeiras do Distrito Federal, em 2015, se traduziu no déficit primário de R\$ 271 milhões, consideradas as despesas empenhadas, conforme abordagem detalhada contida na seção 2.2, que trata da meta nº 2 - Resultado Primário.

2 - EXECUÇÃO DAS METAS E COMPROMISSOS DO PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL EM 2015

2.1- Meta nº 1 - Relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real

DÍVIDA/RLR	2015	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	≤ 1	0,27

No exercício de 2015, a relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real apresentou o índice de 0,27, apesar do aumento desse indicador, em relação aos exercícios anteriores, ainda se mantém bem abaixo da meta do Programa, conforme demonstra a Tabela 2.

TABELA 2 - DÍVIDA FINANCEIRA (R\$ milhões)

ITENS	2012	2013	2014	2015
Dívida Financeira	2.731	2.921	3.376	4.231
Interna	2.085	2.233	2.640	3.205
Externa	646	688	736	1.026
Receita Líquida Real	11.644	13.107	14.290	15.494
Relação Dívida Consolidada/RLR *	23%	22%	24%	27%

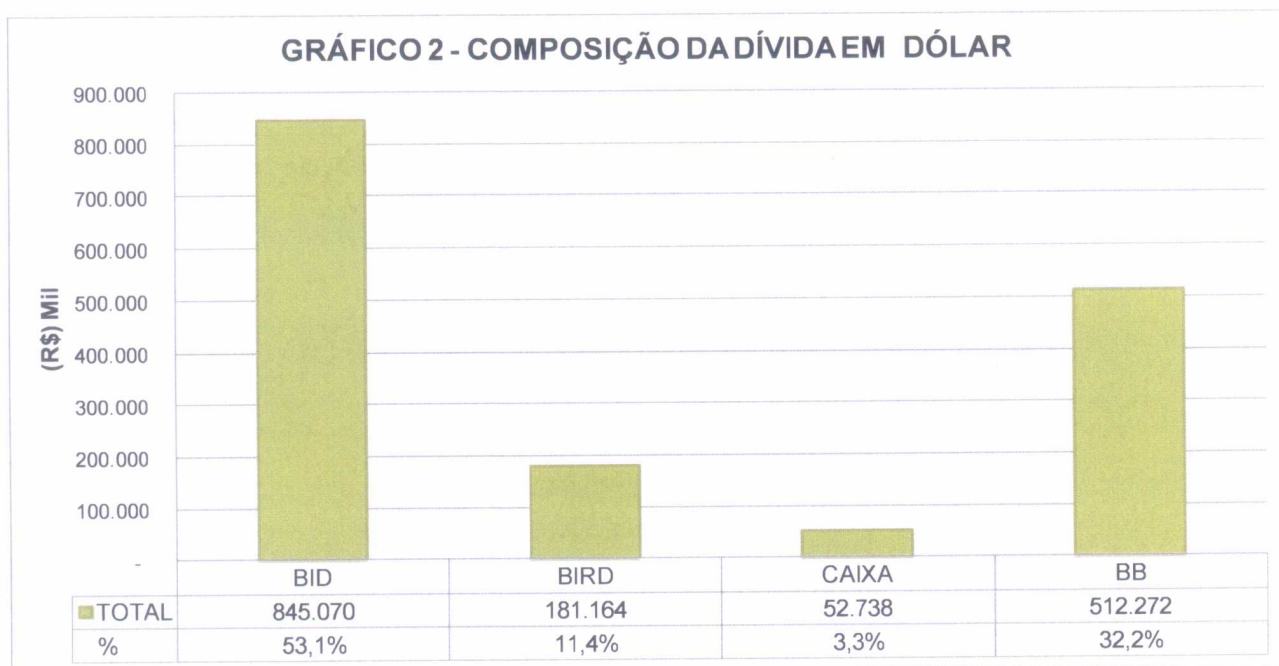
FONTE: SIGGO

A manutenção desse indicador, abaixo do teto da meta, ocorreu mesmo com o acréscimo nos estoques da Dívida Interna e Externa, haja vista o crescimento da Receita Líquida Real do Distrito Federal no exercício, aliado à regularidade das amortizações do saldo devedor pelo GDF.

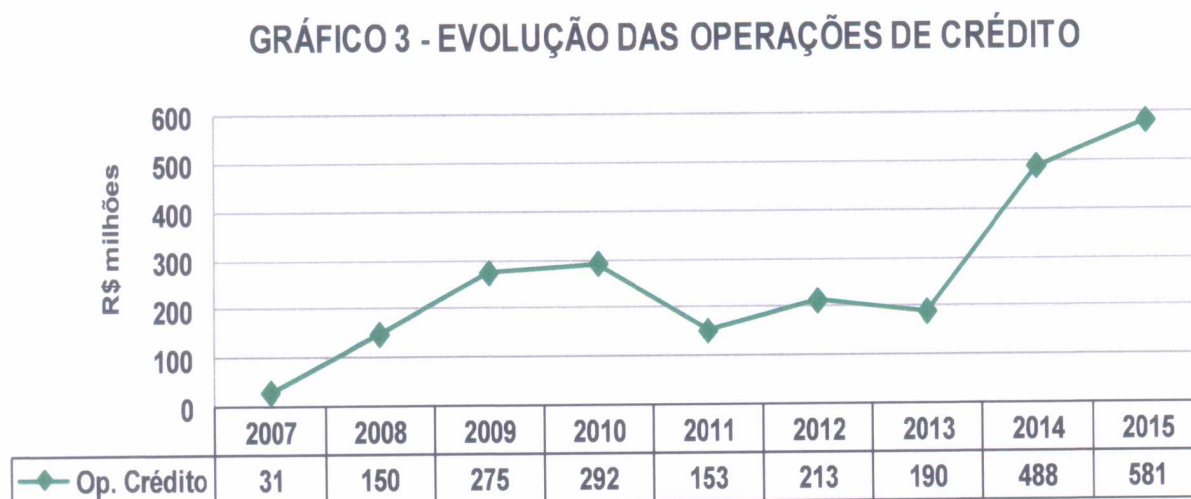
O aumento da dívida, em 2015, foi motivado pelo volume de liberações ocorridas no ano, bem como pela variação dos indexadores e moeda contratual de cada contrato. Neste sentido, o crescimento da dívida interna está diretamente relacionado à elevação do IGP-DI no decorrer do ano (+10,68%), sendo este, até 2015, o indexador do

contrato de refinanciamento com a União (Lei nº 9.496/97), com representatividade de 30,2 % do estoque desta dívida.

Ressalte-se que a variação cambial positiva do dólar ocorrida em 2015 para os contratos indexados a moeda americana contribuiu sobremaneira para alteração no valor do estoque da dívida.



Outra razão, diz respeito ao volume de liberações ocorridas ao longo do ano (R\$ 581 milhões), conforme demonstra o gráfico 3. Nos contratos internos houve liberações da Caixa Econômica Federal (R\$ 67 milhões) e Banco do Brasil (R\$ 491 milhões). Já em relação aos contratos externos, houve liberação no Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, no valor de R\$ 23 milhões.



Abaixo, segue tabela com a composição da dívida contratual do Governo do Distrito Federal ao final de 2015, com respectivo credor, bem como sua representatividade no total geral.

TABELA 3- DÍVIDA CONTRATUAL POR CREDOR

CREDOR	SALDO DEVEDOR	R\$ milhões
		%
UNIÃO	1.280	30,3%
BID	845	20,0%
BNDES	364	8,6%
CAIXA	952	22,5%
BB	554	13,1%
BIRD	181	4,3%
CODHAB (Financiamento Imob. com a Caixa)	28	0,7%
PARCELAMENTO	27	0,6%
TOTAL	4.231	100%

Por fim, em 2015, foram assinados 02 novos contratos, junto ao Banco do Brasil, quais sejam: **Mobilidade Integrada – Asfalto Novo - Calçadas – Ciclovias e CPAC Riacho Fundo II - 5ª Etapa.**

2.2 - Meta nº 2 - Resultado Primário

RESULTADO PRIMÁRIO	2015	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	- R\$ 1.173 milhões	- R\$ 271 milhões

O resultado primário apurado ao final de 2015 apresentou-se negativo em R\$ 271 milhões, ainda que deficitário, dentro da meta estabelecida (R\$ -1.173 milhões). Desta forma, cumprindo a meta 2 do Programa.

O primário apresentou-se inferior em R\$ 902 milhões à meta projetada, em decorrência, principalmente, do controle exercido sobre as despesas de custeio da administração no decorrer do ano. Tais gastos apresentaram-se inferiores ao teto de contenção estipulado na meta 5 para Outras Despesas Correntes.

Esse desempenho financeiro e fiscal do Distrito Federal, somado à diferença entre as receitas financeiras e o pagamento dos juros da dívida (R\$ 55 milhões), gerou em 2015 uma necessidade de financiamento líquida anual de 216 milhões. O resultado acrescido das fontes de financiamento oriundas do ingresso de operações de crédito (R\$ 581 milhões), descontado do valor da amortização da dívida (R\$ 239 milhões), apresentou, no ano, uma suficiência financeira de R\$ 126 milhões, de acordo com a tabela a seguir.

TABELA 4- DETALHAMENTO DO ATRASO/DEFICIÊNCIAS (R\$ milhões)

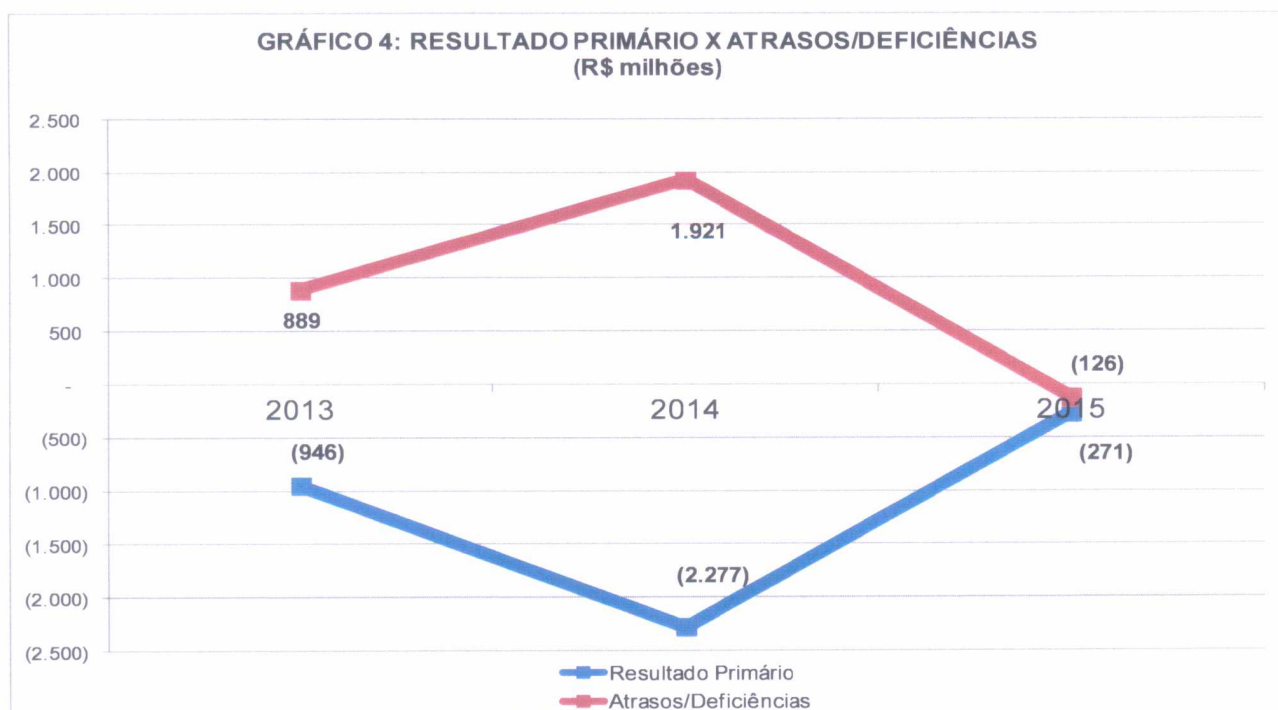
ITENS	2013	2014	2015
(A) Resultado Primário	(946)	(2.277)	(271)
(B) Juros Líquidos	(23)	(48)	55
(C) Necessidade de Financiamento (B - A)	923	2.228	216
(D) Amortização da Dívida	166	188	239
(E) Fontes de Financiamento	199	495	581
(F) Atrasos/Deficiências * (C + D - E)	890	1.921	(126)

FONTE: SIGGO

Nota: Atrasos/Deficiência: Diferença entre a necessidade de financiamento agregada ao valor da amortização da dívida e as fontes de financiamento (operações de crédito e alienação de ativos).

*Valores negativos: Indicam que a receita líquida anual e as fontes de financiamentos foram mais do que suficientes para honrar as despesas com a dívida do DF.

Da análise do gráfico 4, a seguir, verifica-se a relação da evolução dos resultados primários e dos atrasos/deficiências apresentados nos exercícios de 2013 a 2015 (em análise). Observa-se que, no último ano, a descendência dos resultados primários foi interrompida. A reversão da trajetória dos atrasos/deficiências demonstra que a soma do resultado primário com as fontes de financiamento do GDF foi suficiente para honrar os compromissos financeiros do serviço da dívida e ainda suportar os investimentos de R\$ 539 milhões em 2015.



Dessa maneira, o montante das despesas não financeiras (R\$ 17.150 milhões) apresentou-se inferior em R\$ 2.562 milhões ao definido na meta (R\$ 19.712 milhões), sobre influência, principalmente, da redução de outras despesas correntes (R\$ 449 milhões), bem como as despesas com investimentos e inversões (R\$ 1.455 milhões), quando comparadas ao exercício de 2014.

Dada a abrangência das despesas do Programa, foram considerados os cancelamentos de restos a pagar (processados e não-processados) inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, compatíveis com aqueles publicados no 2º Relatório Resumido de Execução Orçamentária. Dessa forma, nos últimos três exercícios, foram cancelados os valores de R\$ 118 milhões referente ao exercício de 2013, R\$ 577 milhões em 2014, e R\$ 178 milhões em 2015.

2.3 - Meta nº 3 - Despesa de Pessoal

DESPESAS PESSOAL/RCL	2015	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	60 %	57,09% *

Nota: * Excluídas as despesas com Inativos e Pensionistas

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais alcançaram em 2015 a soma de R\$ 9.643 milhões e representaram 57,09% da Receita Corrente Líquida-RCL anual (R\$ 16.891 milhões). Tal valor, ainda que aquém do limite estabelecido de 60%, foi superior à projeção de comprometimento acordada para o ano de 52,98% da RCL.

Comparativamente ao exercício de 2014 (R\$ 9.101 milhões), as despesas com Pessoal aumentaram nominalmente 6,0% (R\$ 542 milhões), em virtude de recomposição salarial dos servidores no primeiro semestre, bem como pela nomeação de concursados para os diversos segmentos da administração.

Além disso, o crescimento vegetativo da folha salarial do GDF está estimado em 3,6% ao ano. Correspondem às progressões entre padrões, promoções entre classes, anuênios, e outras gratificações que evoluem proporcionalmente ao tempo de serviço do servidor.

Cabe salientar, que o total das despesas de pessoal do ano de 2015, foram extremamente influenciadas pelo empenho da folha de pagamento salarial dos servidores distritais de competência do mês de dezembro/2015, naquele próprio mês, computando ao final daquele exercício 13 folhas, em obediência às normas estabelecidas na Lei Federal n.º 4.320/64. Dessa forma, acabando de vez com a sistemática de execução orçamentária que vinha sendo utilizada no DF, principalmente nas áreas de saúde e educação, que era a de se empenhar no exercício seguinte, as folhas de competência de dezembro do ano anterior.

Do total gasto com Pessoal foram desconsideradas as despesas com inativos e pensionistas, haja vista a institucionalização do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal-RPPS/DF em 2009 (Lei Complementar nº 769, de 30/06/2008). Entretanto, restaram computadas no Programa apenas as despesas com complementação de aposentadorias de ex-empregados públicos do Distrito Federal (Lei nº 701/94) e com gratificações de representação militar custeadas com recursos do Tesouro, que não compõem o RPPS/DF, perfazendo o total de R\$ 17 milhões.

Os valores dispêndios com inativos, pensionistas e outras despesas para manutenção do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos - IPREV/DF excluídas no cômputo da meta totalizaram R\$ 5.785 milhões, no exercício de 2015.

Mais uma vez, cabe ressaltar que os recursos oriundos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, relativos à saúde e segurança, não fazem parte da metodologia de cálculo, logo tendo seus valores excluídos das despesas relativas com pessoal.

Ainda, segundo a metodologia do Programa, os valores empenhados para sentenças judiciais (R\$ 177,9 milhões), despesas de exercícios anteriores (R\$ 150,3 milhões) e indenizações e restituições trabalhistas (R\$ 66,9 milhões) foram excluídos do cômputo das despesas de Pessoal e somados ao grupo de Outras Correntes e de Capital.

Conforme se verifica da Tabela 5, os gastos com pessoal e encargos do Poder Executivo e Legislativo do Distrito Federal apresentaram, no triênio:

TABELA 5 - DESPESA DE PESSOAL (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015
Poder Executivo (Adm. Direta)	5.552	6.509	6.197
Poder Executivo (Adm. Indireta)	832	1.118	1.190
Poder Legislativo	367	402	449
Inativos e Pensionistas	0	0	17
Outras	802	1.071	1.790
Total	7.554	9.101	9.643

FONTE: SIGGO

2.4 - Meta nº 4 - Receitas Próprias

RECEITAS DE ARRECAÇÃO PRÓPRIA	2015	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	R\$ 13.256 milhões	R\$ 12.167 milhões

As receitas próprias do Distrito Federal alcançaram o montante de R\$ 12.167 milhões, ao final do exercício de 2015, inferior em R\$ 1.089 milhões à meta prevista, o que representou 91,8% do valor inicialmente projetado. Contudo, quando comparada ao

exercício anterior (2014) apresentou-se superior em R\$ 702 milhões, um crescimento nominal de 6,1%.

Conforme elencado na tabela 6, as receitas que se apresentaram inferiores ao programado, segundo as categorias, foram às tributárias, serviços e amortização de empréstimos.

TABELA 6 - RECEITAS PRÓPRIAS (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2013	2014	2015		Diferença (Meta x Realizado)
			Meta	Realizado	
Tributária	9.279	10.054	11.560	10.293	-1.268
<i>Impostos</i>	9.109	9.883	11.387	10.099	-1.289
ICMS	5.987	6.540	7.315	6.482	-834
ISS	1.239	1.375	1.752	1.460	-292
Imposto Simples	276	313	388	340	-48
IPTU	525	550	648	596	-52
ITBI	330	318	403	306	-97
ITCD	153	89	101	133	32
IPVA	599	697	780	782	2
<i>Taxas</i>	170	171	173	194	21
Receita de Contribuição	87	88	101	233	132
Patrimonial (excluídas as receitas financeiras)	91	87	102	156	54
Agropecuária	0	0	0	0	0
Industrial	6	2	0	2	2
Serviços (excluídos os serviços financeiros)	414	416	531	399	-132
Dedução da Receita de Vendas e Serviços	2	1	0	0	0
Outras Correntes	836	729	815	980	165
Multas/Juros de Mora	340	322	375	309	-66
Indeniz. Restituições	45	23	26	26	-0
Receita da Dívida Ativa	358	296	317	399	82
Receitas Diversas	93	87	97	246	150
Receitas de Capital - Amortização de Empréstimos	107	89	147	51	-95
Outras Receitas de Capital	0	0	0	54	54
Total	10.818	11.465	13.256	12.167	-1.089

2.4.1 - Receitas de Origem Tributária

Em 2015, a receita de origem tributária do Distrito Federal atingiu o montante de R\$ 10.293 milhões, contudo inferior à meta prevista em R\$ 1.268 milhões.

Com relação ao desempenho da arrecadação no acumulado do período de janeiro a dezembro de 2015, na comparação com o mesmo período de 2014, foram obtidos acréscimos significativos na Dívida Ativa, fruto do programa de recuperação de créditos – REFIS; no ITCD, decorrente do acréscimo da cobrança sobre doações aliada ao REFIS; e no IPVA, devido ao acréscimo da frota de veículos tributáveis.

Por outro lado, houve queda expressiva na arrecadação no ISS e no ITBI, dentre outras razões, pela deterioração do cenário econômico e do mercado imobiliário.

A receita realizada do ICMS foi de R\$ 6.482 milhões, inferior em 834 milhões à meta prevista no PAF para 2015, um desvio de 11,4%. Quanto ao ISS, a receita realizada foi de R\$ 1.460 milhões, inferior em R\$ 292 milhões, com um desvio de 16,7%.

Esses resultados estão em parte relacionados à queda de atividade econômica. Os trabalhos de previsão realizados foram elaborados em agosto de 2014, quando a expectativa de crescimento do PIB era de 1,5% para 2015, conforme pesquisa Focus do Banco Central. Observa-se que o ano de 2015 foi encerrado com um decréscimo aproximado do PIB de 3,8%, o que provocou forte frustração da receita realizada em relação à prevista.

Ainda no caso do ICMS verificou-se que o único destaque positivo foi energia elétrica, advindo de recolhimentos extemporâneos por parte da principal empresa distribuidora do setor no Distrito Federal. Os demais segmentos apresentaram quedas, sendo que as mais relevantes foram verificadas em comércio atacadista, comunicação e comércio varejista, esse último com maiores perdas nos ramos mais sensíveis a restrição de crédito, a saber, materiais de construção e produtos eletrônicos.

Quanto ao ISS, as maiores quedas foram observadas nos segmentos de construção civil, agenciamento de mão de obra e hotelaria, enquanto que os principais destaques foram observados para os segmentos de ensino, instituições financeiras e de seguro e advocacia.

Além disso, contribuíram também para a frustração de receita do ICMS e do ISS, algumas ações da administração tributária com resultados abaixo do esperado, como a utilização de software para auditoria/monitoramento de contribuintes do segmento de instituições financeiras e de software de mineração de dados.

A receita realizada do IPVA, em 2015, foi de R\$ 782 milhões, representando um pequeno acréscimo de R\$ 2 milhões de arrecadação em relação à receita prevista, o que corresponde a 0,2% dessa receita.

A arrecadação do IPTU, em 2015, foi de R\$ 596 milhões, inferior à previsão em R\$ 52 milhões, que corresponde a 8,0% da receita prevista. O desvio negativo está provavelmente relacionado à inadimplência do imposto, que vem crescendo desde 2014.

A receita arrecadada do ITCD, em 2015, foi de R\$ 133 milhões, superior em R\$ 32 milhões ao projetado (R\$ 101 milhões), o que corresponde a 31,7% da mesma. Esse aumento decorre do acréscimo da cobrança sobre doações, aliada ao programa de recuperação de crédito – REFIS.

A receita arrecadada do ITBI, em 2015, foi de R\$ 306 milhões, inferior em R\$ 97 milhões à prevista. Esse resultado está associado à deterioração do mercado

imobiliário, sendo que Brasília faz parte do grupo de cinco cidades que apresentou queda nominal dos preços de imóveis em 2015, conforme índice FipeZap.

A receita arrecadada com o recolhimento de Taxa foi de R\$ 194 milhões, superior em R\$ 21 milhões em relação à prevista, o que corresponde a 12,2% dessa receita.

Em relação à renúncia de receita tributária, em 2015, atingiu o montante de R\$ 1.367 milhões, sendo R\$ 855 milhões referentes a benefícios do ICMS. Esta renúncia representa 13,2% do total da arrecadação.

Observa-se que a alta representatividade da renúncia de multas e juros decorre do programa de recuperação de créditos – REFIS, implementado no Distrito Federal em 2015.

TABELA 7- RENÚNCIA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA (R\$ milhões)

TRIBUTOS	RENÚNCIA	ARRECADAÇÃO	REPRESENTATIVIDADE
ICMS	855	6.482	13,2%
ISS	43	1.460	2,9%
IPTU	133	596	22,4%
ITCD	3	133	2,2%
ITBI	7	306	2,1%
IPVA	25	782	3,2%
TLP	13	117	11,4%
Dívida Ativa	288	139	207,6%
Total	1.367	10.015	13,7%

Fonte: Assessoria de Estudos Econômicos -Fiscais - AEF/GAB/SEF-DF

2.4.2 – Detalhamento das ações

Em 2015, as principais ações de combate à evasão e sonegação fiscal desenvolvidas foram:

PROJETO	OBJETIVO	RESULTADO
CONTINUIDADE DO PROGRAMA MALHA FINA DISTRITAL – MALHA - DF	Cruzamento de informações disponíveis em vários bancos de dados da SEF/DF, com objetivo de identificar inconsistência nas informações econômicas – fiscais dos contribuintes e assim incluí-los na MALHA FISCAL/DF.	Foram alcançados 38.901 contribuintes com divergências no Livro Fiscal Eletrônico, provocando retificações de imposto no montante de R\$ 1.200 milhões. Foram lavrados 36 autos de infração, no valor de R\$ 36 milhões.

AUDITORIAS FISCAIS	Realização de Auditorias Fiscais.	Foram realizadas 680 auditorias, com a constituição de crédito tributário na ordem de R\$ 873 Milhões.
MONITORAMENTO	Monitoramento do comportamento tributário de contribuintes de segmentos específicos em especial para aqueles em termos de arrecadação.	Adimplemento voluntário das obrigações e manutenção dos níveis de arrecadação compatíveis.
MODERNIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DE MERCADORIAS EM TRÂNSITO.	Continuidade da operação do Centro de Monitoramento Eletrônico de Mercadorias em Trânsito – CMENT. Início da implantação do sistema de Mineração de Dados de Notas Fiscais Eletrônicas.	Foram efetivadas 2.558 autuações, com crédito tributário constituído de R\$ 460 milhões.
AMPLIAÇÃO DE EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS.	Instituição da obrigatoriedade emissão de NFe de Serviços e início do calendário de obrigação de emissão da Nota Fiscal ao Consumidor Eletrônica – NFce.	Permite o conhecimento imediato por parte do fisco das operações e/ou prestações promovidas pelos contribuintes.
PROGRAMA DE INCENTIVO À REGULARIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (REFIS)	Execução do Programa de Incentivo à Regularização do Distrito Federal (REFIS), bem como na organização e coordenação do Mutirão de Conciliação Fiscal, em parceria com a Vara de Execuções Fiscais do DF.	Arrecadados R\$ 1.749 milhões, sendo R\$ 385 milhões à vista e R\$ 1.364 milhões, em parcelamentos.
RITO ESPECIAL	Remessa de débitos inscritos em dívida ativa a Cartórios de registro de Protesto.	Os resultados em valores arrecadados estão apresentados nas atividades “REFIS”, “Cobrança Administrativa” e “Rito Especial”

2.4.3 - Receitas de Origem Não Tributária

Em 2015, as receitas próprias não tributárias (R\$ 1.874 milhões) obteve participação de 15,4% no grupo das receitas próprias arrecadadas no Distrito Federal, apresentando crescimento nominal de 32,8%, em relação ao exercício a 2014 (R\$ 1.411 milhões).

Desse montante, R\$ 399 milhões são receitas de Serviços, destacam-se R\$ 100 milhões arrecadados com Serviços de Transportes e R\$ 258 milhões advindos das receitas com serviços de trânsito.

Além disso, a Receita de Dívida Ativa (R\$ 399 milhões) cresceu nominalmente 34,8% frente a 2014 (R\$ 296 milhões), entre outras razões, ao Programa de Regularização Fiscal (REFIS).

2.5 - Meta nº5 - Reforma do DF, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos

Com respeito aos compromissos previstos no Programa de Ajuste Fiscal para 2015, o Governo do Distrito Federal promoveu as seguintes ações:

- Realizou dispêndios com “Outras Despesas Correntes” com índice de 42,93% em relação à Receita Líquida Real-RLR do exercício, abaixo dos 43,51% da RLR definido na meta.
- Manteve no âmbito do Poder Executivo Distrital, estrutura técnico-institucional na Secretaria de Estado de Fazenda, para observância das normas referentes ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCSP e ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público- PCSP;
- Aprimoramento do Sistema de Custos;
- Manteve estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa (Decreto n.º 36.879, de 17 de novembro de 2015);
- Manteve atualizados o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), na Caixa Econômica Federal, e o Sistema de informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SINCONFI), na Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com os normativos vigentes;
- Encaminhou à STN, até o dia 31 de maio, o Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste do Distrito Federal relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para o triênio seguinte, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas;

- Divulgação, inclusive em meios eletrônico de acesso ao público, os dados e informações relativo ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Distrito Federal, consoantes o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

2.6 - Meta Nº 6 - Relação Investimento / Receita Líquida Real

INVESTIMENTO/RLR	2015	
	PROGRAMADO	REALIZADO
	17,96%	4,08%

Os investimentos e as inversões financeiras do Governo do Distrito Federal, em 2015, totalizaram R\$ 620 milhões, mantendo a relação Investimento e Inversões/RLR em 4,08%, bem abaixo quando comparado aos exercícios de 2013 e 2014, essas despesas somaram R\$ 2.039 milhões e R\$ 2.075 milhões, valores que corresponderam a 15,55% e 14,52% da RLR, nos respectivos exercícios.

As receitas de operações de crédito que financiaram as despesas com investimentos totalizaram R\$ 279 milhões, sendo R\$ 253 milhões de financiamentos internos e R\$ 26 milhões externos.

As despesas com inversões financeiras foram compostas basicamente com a constituição ou aumento de capital de empresas (R\$ 74 milhões), bem como da continuidade de empréstimos, mediante apoio financeiro e concessão de benefícios creditícios às indústrias de diversos segmentos, por meio de programas de incentivos fiscais do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFÉ, para promover o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal, no montante de R\$ 7 milhões.

Destacamos que, em 2015, o GDF deu prosseguimento aos projetos iniciados em anos anteriores e concluiu diversas obras. A seguir estão as principais realizações do exercício:

- Reforma das Instalações Físicas dos Conselhos Tutelares (Taguatinga, Brazlândia e São Sebastião);
- Implantação da Residência Inclusiva para Jovens e Adultos com Deficiência;

-
- Inauguração da Agência do Trabalhador de Atendimento a Pessoas com Deficiência;
 - Retomada da Construção do Bloco II do Hospital da Criança;
 - Inauguração da Delegacia da Criança e Adolescente em Taguatinga;
 - Construção de quatro Terminais Rodoviários (Ceilândia, Riacho Fundo II, Sobradinho e Gama Leste);
 - Conclusão do Projeto Executivo do BRT Norte;
 - Retomada das Obras da Sede do Parque Tecnológico;
 - Retomada da Obra do Aterro Oeste;
 - Implantação de Ligações de Esgoto em Vicente Pires;
 - Início das Obras nos Trechos 01 e 02 do Sol Nascente;
 - Início das Obras de Pavimentação e Drenagem em Vicente Pires;
 - Retomada das obras de Infraestrutura no Setor Noroeste;
 - Implantação do Centro de Reserva de Água do Noroeste;
 - Entrega de 5.152 moradias;
 - Realização de Obras de Infraestrutura na Cidade do Automóvel;
 - Restauração da DF-035.

3 – MANIFESTAÇÃO SOBRE A CONVENIÊNCIA E OPORTUNIDADE DE SE PROCEDER À REVISÃO DO PROGRAMA

Considerando que 2016 é o último ano do Programa vigente, o Distrito Federal procederá à revisão nos termos acordados com a Secretaria do Tesouro Nacional.

4- PERSPECTIVAS FISCAIS PARA O PERÍODO 2016 A 2018

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 5.514, de 03/08/15), base legal para orientar a elaboração e execução do orçamento do Governo do Distrito Federal, para o exercício de 2016, estabeleceu metas relativas às receitas, despesas, resultados primário, nominal e montante da dívida pública, conforme previsto no art. 4º, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), para o triênio 2016 a 2018 nos seguintes montantes:

TABELA 8 – DETALHAMENTO RESULTADO PRIMÁRIO (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2016		2017		2018	
	Valores Correntes	Valores Constantes	Valores Correntes	Valores Constantes	Valores Correntes	Valores Constantes
Receitas Primárias	30.186	28.577	32.045	28.857	34.190	29.353
Despesas Primárias	31.608	29.923	32.753	29.494	34.573	29.682
Resultado Primário	(1.422)	(1.346)	(708)	(637)	(383)	(329)
Resultado Nominal	1.802	1.024	783	705	160	137
Dívida Pública Consolidada	7.242	6.856	8.149	7.338	8.439	7.245

FONTE: Lei nº 5.514/2015 (LDO/2016).

Com a aprovação da Lei Orçamentária Anual-LOA/2016 (Lei nº 5.601/15, de 30/12/15), a Receita Orçamentária do Distrito Federal para 2016 foi estimada em R\$ 32.605 milhões, sendo R\$ 27.005 milhões de recursos do Tesouro e R\$ 5.600 milhões de Outras Fontes de Recursos, com a fixação da despesa orçada no mesmo valor.

TABELA 9- RECEITAS LEI ORÇAMENTÁRIA - TODAS AS FONTES (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
Receitas Correntes	26.214	3.436	29.650
Receita Tributária	15.005	-	15.005
Receita De Contribuições	283	2.201	2.484
Receita Patrimonial	600	191	791
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	32	541	573
Transferências Correntes	8.799	137	8.936
Outras Receitas Correntes	1.495	366	1.861
Receitas de Capital	2.570	370	2.940
Operações de Crédito	1.425	-	1.425
Alienação de Bens	589	-	589
Amortizações	81	-	81
Transferências de Capital	112	370	482
Outras Receitas de Capital	363	-	363
Receitas Intra-Orçamentárias	14	1.794	1.808
Dedução das Transferências Correntes (FUNDEB)	(1.793)	-	(1.793)
Total	27.005	5.600	32.605

Fonte: Lei nº 5.601/2015 (LOA/2016).

As hipóteses básicas utilizadas para a elaboração da projeção das receitas fiscais para o período de 2016 a 2018 consistem em:

a) Base de cálculo

As projeções de receitas tributárias para o período de 2016 a 2018 foram elaboradas com base em comportamentos decorrentes de acompanhamento específicos de impostos e taxas, verificados nos exercícios anteriores, corrigidos ora pelo INPC, ora pelo IGP-DI, sendo os mesmos contemplados como metas na Projeção para o exercício de 2016 e seguintes.

No que tange as demais receitas do Tesouro e de Outras Fontes, considerou-se a correção sobre os valores orçados na LOA do exercício de 2015, utilizando os índices de inflação (IPCA) e da variação do crescimento real (PIB Nacional). Excluem-se dessa premissa as receitas de operações de crédito e as despesas com juros e encargos da dívida e amortização da dívida, em conformidade com os processos de contratação de crédito, instante em que é observado o equilíbrio fiscal mesmo apontando para um resultado primário negativo pelo critério da metodologia do Programa.

b) Hipóteses Macroeconômicas

Seguindo as orientações constantes do Manual de Demonstrativos Fiscais, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF - consideraram-se os indexadores PIB Nacional e IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas distritais, visto que boa parte das receitas do Tesouro, porém não tributárias, bem como as transferências acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional.

Assim, para os exercícios de 2016 a 2018, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,08%, 2,05% e 2,45%, respectivamente.

As taxas de inflação (IPCA) consideradas para o período foram de 5,63%, 5,13% e 4,89%, respectivamente.

A estimativa das despesas para o exercício de 2016 foi programada no mesmo valor das receitas, e seguem detalhadas, segundo as categorias, na tabela 10:

TABELA 10 - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL (R\$ milhões)

CATEGORIA/GRUPO DE DESPESA	TESOURO	OUTRAS FONTES	TOTAL
Despesas Correntes	23.107	4.708	27.815
Pessoal e Encargos Sociais	16.002	4.070	20.072
Juros e Encargos da Dívida	259	-	259
Outras Despesas Correntes	6.846	638	7.484
Despesas de Capital	3.682	438	4.120
Investimentos	2.852	438	3.290
Inversões Financeiras	380	-	380
Amortização da Dívida	450	0	450
Reserva de Contingência	216	454	670
Total	27.005	5.600	32.605

Fonte: Lei nº 5.601/2015 (LOA/2016).

A base para a projeção das despesas de pessoal do Poder Executivo levou em consideração a apuração da folha normal de pagamento projetada com base em março e atualizada de acordo com a execução até junho/2015, onde se adotou a variável CVA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anual) de 3,5% ao ano, acrescida das previsões específicas para aumento de despesas de pessoal, relativamente a reajustes remuneratórios e nomeações decorrentes de concurso público.

Somam-se a isso as despesas com terceirização de mão de obra, indenizações trabalhistas, despesas de exercícios anteriores, requisições de servidores de outras esferas de governo e sentenças judiciais, que, em face de suas características eventuais, estão fora do controle da despesa pela Subsecretaria de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, razão pela qual é feita estimativa à parte.

Por outro lado, as despesas do Poder Legislativo foram elaboradas conforme informações fornecidas por meio de Ofício da Câmara Legislativa e do Tribunal de Contas do Distrito Federal, acrescidas de inativos e pensionistas, e projeções para despesas de exercício anteriores; sentenças judiciais, requisição de servidores de outras esferas de governo. Adotou-se, ainda, a variável CVA (Crescimento Vegetativo da Despesa de Pessoal Anual) de 2,5% ao ano, além da proposta de acréscimos na despesa originária do Tribunal de Contas, relacionadas a gratificações, reposições inflacionárias e nomeações decorrentes de concursos públicos.

Para definição dos valores de Pessoal e Encargos Sociais, levou-se em conta o montante de toda a despesa, segregando-se a parte que custeia a área de segurança pública, pagas integralmente no âmbito da União, por meio do FCDF, e as áreas de

educação e saúde, cujos recursos correspondentes, a partir do exercício de 2015, passaram a ser efetivamente repassados para o Tesouro do Distrito Federal.

Para as despesas correntes, foram consideradas as necessidades mínimas individuais de cada órgão, levando-se em conta, ainda, as estimativas para investimentos, buscando-se com essa medida reduzir custeio para ampliar investimentos.

As ações previstas para comporem as metas de arrecadação própria para o triênio 2016-2018 encontram-se detalhadas a seguir:

- Implementação da cobrança do ICMS devido pelas aquisições interestaduais realizadas por consumidores do DF;
- Utilização racional das informações eletrônicas de modo a direcionar as atividades da fiscalização;
- Monitoramento constante do comportamento dos contribuintes, por meio do Malha-DF e do acompanhamento dos segmentos relevantes em termos de arrecadação;
- Realização de auditorias em contribuintes com indícios relevantes de descumprimento de obrigações tributárias;
- Aquisição de sistema para mineração de dados (2016);
- Ampliação do protesto de débitos da Dívida Ativa, com envio sistemático dos débitos inscritos para os Cartórios de Protesto;
- Manutenção do Rito Especial de Cobrança atualizado, com inscrição ágil na dívida ativa dos débitos declarados e não pagos;
- Revisão da base de cálculo do IPTU, TLP, ITBI e ITCD, com atualização das áreas construídas e dos valores venais;
- Cobrança do ITCD com a utilização dos dados da Receita Federal do Brasil;
- A revisão da base de cálculo do IPTU depende de aprovação de lei na CLDF que permita a atualização da pauta de valores dos imóveis do Distrito Federal para aproximá-los dos valores de mercado;

-
- Manter os servidores deslocados para contribuição na Gerência de Julgamento do Contencioso Administrativo Fiscal - GEJUC até que haja substancial redução no número de processos;

Já em relação à Gestão de Pessoas, para o triênio 2016-2018, estão sendo priorizada a execução dos seguintes projetos, considerados estratégicos:

- Implantação de Novo Sistema Corporativo de Gestão de Pessoas;
- Plano de Geral de Carreiras do GDF;
- Gestão por Competências e Desempenho;
- Projeto de Política de Valorização de Servidores;
- Recadastramento e Verificação de Conformidade da Folha;
- Recadastramento de Entidades Consignatárias.

Com base nesses dados, para o triênio 2016 a 2018, o Governo tem como compromisso dar prosseguimento às obras já iniciadas, bem como a restauração de centros culturais, implantação de redes de drenagem pluvial, construção de creches, instalação de aterros sanitários. Além disso, pretende desenvolver, com recursos de operações de crédito contratadas e a contratar, os seguintes projetos:

- Pavimentação e qualificação das vias urbanas - Por do Sol;
- Aquisição de 10 trens para a linha 1 do Metrô DF;
- Ligação Torto Colorado;
- Trevo de triagem norte – TTN;
- Implantação do projeto de urbanização – Programa Brasília Sustentável II;
- Modernização e melhoria da infraestrutura das áreas de desenvolvimento econômico do DF – Procidades;
- Obras de Melhorias do Sistema Viário e Equipamentos Urbanos - Eixo Norte;

- Estações 104,106 e 110 sul do Metrô;
- Programa de Financiamento de Contrapartida do Minha Casa Minha Vida;
- Infraestrutura Urbana e Social.

CONCLUSÃO

O relatório conclui que o Governo do Distrito Federal em 2015 atingiu com folga a meta da **Relação Dívida/Receita Líquida Real** (0,27 da RLR); apresentou **Resultado Primário** deficitário de R\$ 271 milhões, contudo dentro da meta (– R\$ 1.173 milhões); manteve suas **Despesas com Pessoal/Receita Corrente Líquida-RCL** em 57,09% aquém da relação de 60% da RCL acordado na meta (excluídas as despesas de inativos e pensionistas); arrecadou como **Receitas Próprias** o montante de R\$ 12.167 milhões, valor inferior ao projetado em R\$ 1.089 milhões (justificativas apresentadas na seção 2.4 do relatório); realizou as ações compromissadas na meta de **Reforma do DF, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos**, apresentando, inclusive, indicador das Outras Despesas Correntes/Receita Líquida Real em 42,93%, limitado pela meta em 43,51% da RLR; e manteve-se dentro da meta **Relação dos Investimentos/Receita Líquida Real** limitada em 17,96 % e realização de 4,08%).

Nesse contexto, para o próximo triênio, o Governo do Distrito Federal buscará, cada vez mais, a excelência da exploração da base Tributária Distrital, com o objetivo de ampliar as diversas fontes de receitas, de forma a financiar as despesas obrigatórias de caráter continuado e aquelas constitucionais ou legais, bem como concretizar a realização de ações governamentais dos programas e projetos estratégicos da administração.

Concomitantemente, honrará as despesas obrigatórias, incluídas o custeio de áreas prioritárias como saúde e educação, bem como o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa maneira, considerando o exposto neste relatório, é esperado que o Distrito Federal seja considerado adimplente em todas as metas definidas pelo Programa.

Em decorrência do relatado neste documento, o Governo do Distrito Federal coloca-se à disposição para esclarecimentos que, por ventura, sejam necessários.

IDENTIFICAÇÃO DOS GESTORES

Brasília, 31 de maio de 2016.

Secretário de Estado de Fazenda:

JOÃO ANTÔNIO FLEURY TEIXEIRA

Assinatura:



Brasília, 31 de maio de 2016.

Subsecretário do Tesouro:

FABRÍCIO DE OLIVEIRA BARROS

Assinatura:



Responsável pela elaboração e consolidação dos dados e informações:

Gerente da Gerência de Acompanhamento do Programa de Ajuste Fiscal da Subsecretaria do Tesouro/SEF:

ANDERSON MENDES BORGES

Assinatura:



Telefone de contato: 3312-5913